

Colégio
00001Sala
0001Ordem
0001

Fevereiro/2017

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO

Concurso Público para provimento de cargos de

Analista Judiciário Área Administrativa

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'A01', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

TIPO-001

Nº do Documento

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

PROVA

Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos

INSTRUÇÕES

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase ao lado, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

Desenvolvimento sustentável preserva os recursos para o futuro.

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 70 questões, numeradas de 1 a 70.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca-texto ou borracha durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida nenhuma espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, anotações, impressos não permitidos ou máquina calculadora ou similar.
- Duração da prova é de 4 horas para responder a todas as questões objetivas e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.



CONHECIMENTOS GERAIS

Português

Atenção: Considere o texto abaixo para responder às questões de números 1 a 5.

- 1 *Há um traço fundamental na história indígena do rio Amazonas, cuja percepção é necessária ao entendimento do passado e do presente da região. É um fenômeno demográfico e cultural de longa duração que acompanha os primeiros duzentos anos da ocupação europeia e que irá resultar, em meados do século XVIII, numa realidade etnográfica substancialmente distinta da que havia sido observada pelos primeiros exploradores quinhentistas.*
- 5 *Trata-se do desaparecimento das nações que viviam ao longo do rio Amazonas e da sua substituição por novos contingentes indígenas que foram sendo descidos dos afluentes para a calha amazônica pelos agentes da colonização. Desaparecimento, em sentido étnico, é o termo adequado, e ver-se-á mais adiante de que forma ele se deu. Neste processo de despovoamento maciço e repovoamento parcial, dois aspectos devem ser assinalados: a) o desaparecimento dos padrões adaptativos (demográficos, organizacionais e ergológicos) da população original, que não chegam a se reconstituir, a não ser parcialmente, quando do povoamento induzido pelo colonizador; neste segundo momento ocorre b) a formação de um estrato que chamaremos neo-indígena, inserido na sociedade colonial e marcado pelo desenraizamento e pela aculturação intertribal e interétnica.*

Obs.: ergológico: relativo à ergologia, ramo da etnologia que estuda a cultura material.

(PORRO, Antônio. História indígena do alto e médio Amazonas: séculos XVI a XVIII. In: CUNHA, Manuela C. (org). **História dos índios no Brasil**. 2. ed. São Paulo, Companhia das Letras; Secretaria Municipal de Cultura; FAPESP, 1998, p. 175)

1. Entende-se corretamente do trecho acima transcrito:

- (A) Os exploradores quinhentistas e dos duzentos anos de vivência na região amazônica não foram competentes ao pesquisar o passado indígena, o que determinou graves equívocos na ocupação europeia.
- (B) A existência de um fenômeno demográfico e cultural que se desenvolveu de especial modo estendido, no tempo e no espaço, provocou mudanças relevantes no processo inicial de ocupação europeia na Amazônia.
- (C) A migração de certas nações indígenas que habitavam ao longo do rio Amazonas, em busca de melhores condições de sobrevivência, foi concomitante à migração de outros grupos para esse mesmo espaço.
- (D) Em processo determinado pelo decurso da colonização, desapareceram nações indígenas que viviam ao longo do rio Amazonas e outros grupos de autóctones foram formados, em ato e efeito de aculturação.
- (E) O desaparecimento, em sentido étnico, caracteriza-se por despovoamento em larga escala e sucessivo e imediato repovoamento, este em patente escala bem menor do que se teve no povoamento primeiro.

2. Infere-se corretamente do texto:

- (A) É traço essencial e determinante na história de um povo aquele que ilumina não só o seu passado, mas também o seu presente.
- (B) A história de populações autóctones de um país é constituída de poucos fatos de relevo, o que exige percepção apurada daquele que busca entender o passado anterior a um processo colonizador.
- (C) Da vivência de duzentos anos de um determinado povo procede naturalmente uma realidade que implica desaparecimento e surgimento de etnias.
- (D) Povos que vivem nas margens de rios são predestinados a migrar, quer em sua totalidade, quer de modo parcial e paulatino.
- (E) Processos de colonização introduzem padrões de adaptação – no que se refere à distribuição demográfica, ao modo de organização social, ao modo de criar objetos –, porque modelos de comportamento inexistem em grupos autóctones.

3. Considerada a norma-padrão da língua, é adequado o que se afirma em:

- (A) (linhas 1 e 2) Redação alternativa do segmento *cuja percepção é necessária ao entendimento do passado e do presente da região*, que não prejudique nem seu sentido no contexto original, nem a correção gramatical, poderia ser “percepção da qual depende necessariamente o entendimento do passado e do presente da região”.
- (B) (linha 3) No contexto em que está empregada, a forma verbal *irá resultar* não é adequada, pois a menção a *meados do século XVIII* exigiria o uso de “iria resultar”.
- (C) (linha 4) A substituição da forma *havia sido observada* por “teria sido observada” não prejudica o sentido original da frase.
- (D) (linha 7) A colocação do pronome oblíquo observada em *ver-se-á* é correta; essa mesóclise é restrita ao emprego do futuro do presente.
- (E) (linha 9) O emprego do verbo auxiliar destacado em *que não chegam a se reconstituir* indica que haveria a possibilidade de a ação denotada pelo verbo principal ter sido concluída.



4. (parágrafo 2) e *ver-se-á mais adiante de que forma ele se deu.*

Em conformidade com a norma-padrão da língua, substitui-se o segmento destacado por:

- (A) o modo que ele ocorreu.
- (B) a feição que ele adquiriu.
- (C) os traços de que ele revestiu.
- (D) o perfil adotado a ele.
- (E) o método porque ele se processou.

5. Palavras utilizadas no texto motivaram as frases que seguem, que, entretanto, devem ser analisadas independentemente dele. A que se apresenta em conformidade com as normas de concordância é:

- (A) Certamente podem ter havido entre os leitores-pesquisadores muitas dúvidas sobre a magnitude do citado desaparecimento de nações indígenas que viviam ao longo do rio Amazonas.
- (B) Fenômenos demográficos e culturais, em qualquer época da história da humanidade, sempre pôde produzir efeitos insuspeitados, e muitas vezes o fez.
- (C) O capítulo evidencia que vários aspectos da história indígena amazônica devem merecer ainda cuidadosa reflexão, porque, apesar da curiosidade que suscita, muito dela ainda permanece obscuro.
- (D) Grupos indígenas, principalmente inserido no contexto do rio Amazonas, vem chamando a atenção de pesquisadores de distintas áreas do saber, estudiosos que os julgam detentores de muitos segredos.
- (E) Adepto ou não desse entendimento sobre a formação de um estrato neo-indígena, especialistas em etnografia muito se dedicam a interpretar os dados apresentados na pesquisa recém-publicada.

Atenção: Considere o texto abaixo para responder às questões de números 6 a 12.

1 *Três em cada quatro brasileiros se consideram católicos. Pelas contas do Censo 2000, para uma população total em torno de 170 milhões de habitantes, o Brasil entra no século XXI aproximadamente com 125 milhões de católicos declarados, praticamente três quartos da população residente total.*

5 *Quer dizer que no início do terceiro milênio ainda é possível a esse país, o maior e mais populoso da “América católica”, continuar ostentando com fundamento em dados estatísticos cientificamente controlados e religiosamente isentos sua histórica posição de nação com hegemonia católica, que um dia lhe valeu o desgastado título que o aclama como “o maior país católico do mundo”. Tradicionalmente autoaplicado por seus habitantes em conotações que, a bem da verdade, sofrem polarizações e inflexões de toda espécie e grau, que vão do contentamento envaidecido sem ressalvas ao lamento aborrecido sem reservas, a plausibilidade desse superlativo identitário pode estar com os dias contados.*

10 *Não obstante a permanência ininterrupta da enorme desigualdade em tamanho e estatura das religiões no Brasil, não é mais possível, nos dias que correm, desconhecer que a sociedade brasileira está passando por um processo de transição religiosa que é notório. Visível a olho nu. Mas não só, uma vez que se trata de um processo que tem sido há décadas acompanhado atentamente, e comprovado a frio reiteradamente, pelas estatísticas censitárias. Esse lento vir a ser, ao mesmo tempo matemático e falastrão, vai pouco a pouco desfigurando nosso velho semblante cultural com a introdução gradual, mas nem por isso menos corrosiva, de estranhamentos e distâncias, descontinuidades e respiros no batido ramerrão do imaginário religioso nacional. Com efeito, hoje se assiste em nosso país a um vigoroso movimento de transição demográfico-religiosa que já assumiu a forma de progressiva migração de contingentes católicos para outras religiões. Ou mesmo para nenhuma.*

(Adaptado de: PIERUCCI, Antonio Flávio. Religiões no Brasil. In: BOTELHO, André e SCHWARCZ, Lilia Moritz (orgs.). **Agenda Brasileira: temas de uma sociedade em mudança.** Companhia das Letras, 2011, p. 472-473)

6. É legítimo afirmar: no texto,

- (A) o argumento a favor da demonstração de que o Brasil deixará de ser em breve hegemonicamente católico é sustentado pelos rigorosos dados do recenseamento de 2000 mencionados pelo autor.
- (B) é reconhecível o ponto de vista favorável ao fato de os brasileiros assumirem-se como católicos em levantamento demográfico, assunção de identidade que legitima a preservação do título de maior país católico do mundo atribuído ao Brasil.
- (C) o emprego das aspas na expressão “América católica” sinaliza que, por meio da ironia, o autor censura o apego dos brasileiros a títulos de supremacia, adesão que ele nota até mesmo quando se trata de religião.
- (D) admite-se que à expressão “o maior país católico do mundo” empregada pelos brasileiros se têm atribuído sentidos distintos, o que justifica o fato de o uso do título estar em extinção.
- (E) avalia-se que, sob o fato manifesto e contínuo de brasileiros virem deixando a religião católica, ao migrar ou não para alguma outra, o superlativo que historicamente individualiza o Brasil do ponto de vista religioso está perdendo a razoabilidade.



7. No segundo parágrafo,
- (A) a expressão *Quer dizer* introduz exposição mais detalhada do que se apresenta no primeiro parágrafo, esclarecimento realizado sob o padrão da neutralidade científica.
 - (B) os segmentos *cientificamente controlados e religiosamente isentos* subordinam-se diretamente à palavra *fundamento*.
 - (C) o emprego de *um dia* sugere que a ideia de *desgastado*, atribuída à palavra *título*, teve breve duração.
 - (D) a caracterização de *conotações* evidencia que os brasileiros, ainda que possam manifestar emoções antagônicas ao fazer uso da qualificação "*o maior país católico do mundo*", o fazem com a mesma intensa adesão ao seu particular sentimento.
 - (E) o emprego da expressão *a bem da verdade* sinaliza a introdução de uma específica correção, retificação que remete diretamente ao segmento *sua histórica posição de nação com hegemonia católica*.

8. (3º parágrafo) *Não obstante a permanência ininterrupta da enorme desigualdade em tamanho e estatura das religiões no Brasil, não é mais possível, nos dias que correm, desconhecer que a sociedade brasileira está passando por um processo de transição religiosa que é notório. Visível a olho nu.*

Considerado o trecho acima, no contexto em que está inserido, é apropriado afirmar:

- (A) As incontestes desigualdades estruturais do Brasil impossibilitam leituras mais pontuais e consistentes acerca da vida dos brasileiros, principalmente no que se refere a seus hábitos religiosos.
- (B) A inclusão de uma vírgula depois de *Não obstante* mantém a correção e a clareza da frase, visto que o emprego desse sinal de pontuação, nessa específica formulação, é facultativo.
- (C) Em *a permanência ininterrupta da enorme desigualdade em tamanho e estatura das religiões no Brasil*, a substituição de *ininterrupta* por "intermitente" mantém o sentido original da frase.
- (D) A expressão *nos dias que correm* expressa um fator condicionante.
- (E) A locução verbal em que está presente o gerúndio indica uma ação durativa em tempo não marcado.

9. *Visível a olho nu. Mas não só, uma vez que se trata de um processo que tem sido há décadas acompanhado atentamente, e comprovado a frio reiteradamente, pelas estatísticas censitárias.*

Propõe-se reescrever o trecho acima eliminando o ponto final e iniciando a frase por "Trata-se de um processo". Uma formulação aceitável, por não prejudicar o sentido e a correção originais, deve conter o seguinte segmento:

- (A) ainda que também seja visível a olho nu.
 - (B) à medida que é visível a olho nu.
 - (C) sendo, pois, visível a olho nu.
 - (D) entretanto será visível a olho nu.
 - (E) quando visível a olho nu.
10. *Visível a olho nu. Mas não só, uma vez que se trata de um processo que tem sido há décadas acompanhado atentamente, e comprovado a frio reiteradamente, pelas estatísticas censitárias.*

A única alternativa INCORRETA sobre o trecho acima transcrito, em seu contexto, é:

- (A) A expressão *Visível a olho nu*, que constitui caracterização da palavra que a antecede, dá oportunidade para que se introduza outro argumento a favor da ideia expressa por *notório*.
- (B) Se o assunto fosse não *um processo*, mas "processos", a correção exigiria a forma "se tratam de processos".
- (C) O verbo "haver", na frase, está empregado como indica o seguinte verbete do **Dicionário eletrônico Houaiss**: *transitivo direto [impessoal] ter transcorrido ou ser decorrido (tempo)*.
- (D) Transpondo a voz passiva presente na frase para a voz ativa, a forma correta a ser grafada é "têm acompanhado".
- (E) A retirada da vírgula após a palavra *reiteradamente* prejudica o sentido original da frase.

11. O segmento do texto que está traduzido de maneira a não prejudicar o sentido original é:

- (A) *Esse lento vir a ser* / Esse fugaz começar a ser o que não era antes.
- (B) *ao mesmo tempo matemático e falastrão* / simultaneamente preciso e de superlativa eficiência.
- (C) *vai pouco a pouco desfigurando nosso velho semblante cultural* / vai paulatinamente atualizando nosso antiquado perfil cultural.
- (D) *no batido ramerrão do imaginário religioso nacional* / na surrada e monótona repetição do imaginário religioso nacional.
- (E) *introdução gradual, mas nem por isso menos corrosiva* / inserção pontual, mas nem por isso menos avassaladora.



12. A assertiva que a gramática normativa aprova é:

- (A) (linha 1) O pronome destacado em *Três em cada quatro brasileiros se consideram católicos* determina que se entenda a frase como equivalente a “Três em cada quatro brasileiros são considerados católicos”.
- (B) (linha 4) A função do pronome **esse** restringe-se a sinalizar que o país referido é aquele que vem anunciado, logo em seguida, como *o maior e mais populoso da “América católica”*.
- (C) (linhas 6 e 7) Em *que um dia lhe valeu o desgastado título que o aclama como “o maior país católico do mundo”*, o pronome destacado tem sentido possessivo, como em “Colocou-lhe no dedo a aliança prometida”.
- (D) (linha 12) Se, em vez da caracterização original do *processo*, houvesse uma outra formulação, ela estaria correta, por exemplo, assim: “se trata de um processo cujo desfecho dependerão várias religiões”.
- (E) (linhas 6 e 7) Em *que um dia lhe valeu o desgastado título que o aclama como “o maior país católico do mundo”*, o pronome destacado pode ser substituído por “a ele”, sem prejuízo do sentido e da correção originais.

13. A redação em que as ideias estão expostas de modo claro e correto é:

- (A) Era uma casa que ao redor todos conheciam a história dos últimos moradores, que não era nem totalmente verdadeira ou muito fictícia, mas assombrava quem quer que ouvia o relato.
- (B) Várias técnicas práticas foram desenvolvidas desde muitos anos a fim de coleta de informações detalhadas sobre a doença, sendo rara na região, por isso pouco conhecida e divulgada.
- (C) Diante de uma trajetória tão movimentada e desafiadora, só se pode, na verdade, admirar a constância com que os refugiados souberam preservar sua coesão e os pequenos rituais que os fortaleciam.
- (D) Quanto ao futuro do projeto recém-anunciado e delineado por especialistas da área, situado entre os interesses dos donos da terra e dos assalariados, é evidentemente impossível prever.
- (E) O conflito se deu, como visto à exaustão, decorrente do peso sempre crescente dos que protestavam e o contrário, que diminuía, dos defensores das novas normas de organização da empresa estatal.

14. Considerada a norma-padrão da língua, a frase que se apresenta correta é:

- (A) Sua averção a novidades da tecnologia poderá fazer com que ele pleiteie uma transferência para outro setor, em que não precise ser tão desafiado por elas.
- (B) Eles reouveram todos os documentos que haviam sido extraviados e espontaneamente ofereceram indenização ao rapaz que os achou e se empenhou em devolvê-los.
- (C) Os mais jovens se absteram de votar a favor da mudança de horário, em flagrante oposição ao coordenador da sessão que não conseguiu disfarçar sua decepção.
- (D) Com tal quantidade de produtos perecível, ninguém entendeu o porquê de a carga ter sido despachada, em caminhões convencionais, sem refrigeração.
- (E) As segunda-feiras, impreterivelmente, o encarregado envia ao grupo de analistas todo o material recebido, cabendo-lhes então, a tarefa de avaliar o que deverá ser encaminhado ao conselho gestor.

15. Considere o enunciado que segue.

Acredito que os interessados se mostram aptos à função para a qual estão se candidatando quando agem com ponderação diante de cada desafio que lhes é proposto, ou seja, reflete-se sobre o caso a ser analisado e procura-se avaliar de forma imparcial os possíveis aspectos divergentes que nele estejam em jogo.

Na frase,

- (A) nenhuma alteração deve ser feita, pois o conjunto está organizado de maneira clara, mantendo a mesma perspectiva de tratamento do tema e em conformidade com a norma-padrão da língua.
- (B) há um equívoco de construção, pois temos dois segmentos preposicionados – *à função* e *para a qual está se candidatando* – em relação de dependência direta com a mesma palavra – *aptos*.
- (C) com o intuito de observar-se o paralelismo de construção, seria adequada a substituição de *reflete-se* e *procura-se avaliar* por, respectivamente, “quando refletem” e “quando procuram avaliar”.
- (D) o segmento introduzido por *ou seja* poderia ser eliminado, pois seu conteúdo é pleonástico, nada acrescentando ao já dito: “ponderar” implica, por si só, a ideia de “refletir” e “avaliar de forma imparcial”.
- (E) com o intuito de obter a adequada correlação entre as formas verbais empregadas, e notando-se o emprego, na linha inicial, de *se mostram* e *estão*, teria de haver obrigatoriamente a substituição de *estão* por “estão”.

**Raciocínio Lógico-Matemático**

16. Alexandre, Breno, Cleide e Débora saíram vestindo camisas do seu time de futebol. Sabe-se que cada pessoa torce por um time diferente, e que os times são: Flamengo, Corinthians, São Paulo, Vasco, não necessariamente nessa ordem. Cleide é corintiana, Breno não torce pelo Flamengo nem pelo São Paulo, Débora é são-paulina. Sendo assim, conclui-se que Alexandre e Breno, respectivamente, torcem para
- (A) Flamengo e Corinthians.
(B) Vasco e Flamengo.
(C) São Paulo e Vasco.
(D) Flamengo e Vasco.
(E) Vasco e Corinthians.
-
17. Em 2015 as vendas de uma empresa foram 60% superiores as de 2014. Em 2016 as vendas foram 40% inferiores as de 2015. A expectativa para 2017 é de que as vendas sejam 10% inferiores as de 2014. Se for confirmada essa expectativa, de 2016 para 2017 as vendas da empresa vão
- (A) diminuir em 6,25%.
(B) aumentar em 4%.
(C) diminuir em 4%.
(D) diminuir em 4,75%.
(E) diminuir em 5,5%.
-
18. A altura máxima, em metros, que um guindaste é capaz de içar uma carga é inversamente proporcional ao peso dessa carga, em toneladas. Sabe-se que esse guindaste iça uma carga de 2,4 toneladas a uma altura máxima de 8,5 metros. Sendo assim, se a altura máxima que o guindaste consegue içar uma carga é de 12 metros, o peso máximo da carga, que pode ser içada a essa altura, é igual a 1 tonelada e
- (A) 500 kg.
(B) 800 kg.
(C) 600 kg.
(D) 900 kg.
(E) 700 kg.
-
19. Marlene, Jair, Renata, Alexandre e Patrícia fizeram uma prova de um concurso obtendo cinco pontuações diferentes. Sabe-se ainda que, nessa prova:
- Marlene obteve mais pontos do que Alexandre, mas menos pontos do que Patrícia;
 - Jair obteve mais pontos do que Renata, que por sua vez obteve mais pontos do que Marlene.
- Sendo assim, é necessariamente correto que
- (A) Marlene obteve mais pontos do que Renata.
(B) Jair obteve menos pontos do que Patrícia.
(C) Renata obteve menos pontos do que Patrícia.
(D) Alexandre foi o que obteve menos pontos.
(E) Patrícia foi a que obteve mais pontos.
-
20. José Souza, Paulo Almeida e Claudio Prinot são três funcionários que têm que realizar, no total para os três, 72 tarefas diariamente. Cada dia eles escolhem um critério diferente para repartir as tarefas. Por exemplo, no dia de ontem eles decidiram que as 72 tarefas seriam divididas entre eles diretamente proporcional às consoantes do sobrenome de cada um. Sendo assim, ontem Paulo Almeida teve que realizar o total de tarefas igual a
- (A) 15.
(B) 12.
(C) 18.
(D) 9.
(E) 24.



21. Para um concurso foram entrevistados 970 candidatos, dos quais 527 falam inglês, 251 falam francês, 321 não falam inglês nem francês. Dos candidatos entrevistados, falam inglês e francês, aproximadamente,
- (A) 13%.
- (B) 18%.
- (C) 9%.
- (D) 11%.
- (E) 6%.

Noções de Informática

22. Considerando-se que o Windows 7 Professional, em português, está instalado na unidade C de um computador,
- (A) não será permitido salvar arquivos na raiz desta unidade, mas somente em pastas e subpastas criadas a partir da raiz.
- (B) clicando-se com o botão direito do *mouse* sobre esta unidade, será possível acessar uma opção para particionar (dividir) o disco.
- (C) será permitido formatar esta unidade a partir do Windows, porém, todos os arquivos e pastas serão apagados e não poderão ser recuperados.
- (D) se uma pasta que contém 9 MB em documentos for apagada do HD, ela será enviada para a lixeira e poderá ser posteriormente recuperada.
- (E) a pasta onde o Windows está instalado ficará oculta e não poderá ser acessada, para evitar que arquivos importantes sejam apagados.
23. Considere a planilha abaixo, digitada no Microsoft Excel 2010 em português, ou no LibreOffice Calc versão 5, em português. Os dados da planilha são, hipoteticamente, de despesas com diárias pagas a magistrados, em Outubro de 2016.

	A	B	C
1	Favorecido	Mauro da Silva	André Alves
2	CPF	469.725.804-03	430.882.465-70
3	Cargo	Desembargador	Juiz
4	Origem	Manaus	Manaus
5	Destino	Brasília	Brasília
6	Data Partida	19/10/2016	19/10/2016
7	Data retorno	23/10/2016	22/10/2016
8	Motivo	Seminário	Seminário
9	Meio de Transporte	Avião	Avião
10	Processo	79/2016	780/2016
11	Portaria	794/2016/SGP	797/2016/SGP
12	Número de diárias	3,5	2
13	Valor por diária	R\$ 321,00	R\$ 250,00
14	Despesas totais		
15	R\$ 1.623,50		

Na célula A15, deseja-se calcular as despesas totais geradas pelos dois favorecidos das colunas B e C. A fórmula que deverá ser digitada nessa célula é:

- (A) = $[B12*B13]+[C12*C13]$
- (B) = $B13+C12$
- (C) = $(B12^B13)+(C12^C13)$
- (D) = $(B12+C12)*(B13+C13)$
- (E) = $B12*B13+C12*C13$



24. Considere a barra de endereços do navegador, abaixo, exibida no Google Chrome.



Os ícones do cadeado fechado e da estrela servem, respectivamente, para mostrar que o portal do TRT11

- (A) é seguro e para adicionar este portal aos favoritos.
- (B) está criptografado e para acessar as configurações do navegador.
- (C) está bloqueado para acesso e para adicionar este portal aos favoritos.
- (D) é certificado digitalmente e para acionar o modo de navegação anônima.
- (E) é seguro e para acessar as configurações do navegador.

Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região

25. Considere os seguintes atos:

- I. Prestar informações sobre os assentamentos funcionais dos juízes e servidores para fins de promoção por merecimento ou aplicação de penalidades.
- II. Julgar mandados de segurança contra atos das Turmas.
- III. Julgar ações rescisórias.
- IV. Homologar desistências e acordos nos dissídios individuais, apresentados antes da distribuição e após o julgamento do feito.
- V. Presidir a Comissão de Uniformização da Jurisprudência.

Nos termos do Regimento Interno do TRT da 11ª Região, a competência para a prática desses atos, respectivamente, é do

- (A) Presidente do Tribunal, Tribunal Pleno, Presidente do Tribunal, Presidente da Turma e Corregedor.
- (B) Corregedor, Presidente do Tribunal, Tribunal Pleno, Presidente do Tribunal e Vice-Presidente.
- (C) Corregedor, Tribunal Pleno, Tribunal Pleno, Presidente da Turma e Vice-Presidente.
- (D) Presidente do Tribunal, Tribunal Pleno, Presidente da Turma, Tribunal Pleno e Presidente do Tribunal.
- (E) Presidente do Tribunal, Tribunal Pleno, Tribunal Pleno, Vice-Presidente e Corregedor.

26. Um Desembargador e um Juiz de Primeira Instância sofreram pena de advertência em processos iniciados por membros do Tribunal, após deliberação do Pleno. O Juiz de Primeira Instância deixou de figurar em lista de promoção por merecimento pelo prazo de um ano, contado da imposição da pena. A forma como foi conduzida a sessão contrariou o Regimento Interno do TRT da 11ª Região em

- (A) dois aspectos, uma vez que a pena de advertência somente é aplicável a Juízes de Primeira Instância e a exclusão da lista de promoção por merecimento é prevista para o caso da pena de censura.
- (B) dois aspectos, uma vez que a pena de advertência somente é aplicável a Desembargadores e não depende da deliberação do Pleno se o processo for iniciado por membros do Tribunal.
- (C) um aspecto, uma vez que não há previsão legal para a exclusão da lista de promoção por merecimento.
- (D) três aspectos, uma vez que a pena de advertência somente é aplicável a Juízes de Primeira Instância, a exclusão da lista de promoção por merecimento é prevista para o caso da pena de censura e não depende da deliberação do Pleno se o processo for iniciado por membros do Tribunal.
- (E) um aspecto, uma vez que não depende da deliberação do Pleno se o processo for iniciado por membros do Tribunal.

27. No que se refere à ordem dos serviços no TRT da 11ª Região, seu Regimento Interno estabelece que

- (A) recurso mandado subir em agravo de instrumento não gera distribuição mediante compensação ao relator do acórdão.
- (B) serão encaminhados ao Ministério Público do Trabalho somente os processos em que figurar como parte a Fazenda Pública, o próprio Órgão Ministerial ou, ainda, se versar sobre interesse de incapaz sem assistência ou representação.
- (C) os processos de competência originária terão como revisor nato o Desembargador Vice-Presidente.
- (D) conflito de competência ou de atribuições depende de publicação e pauta.
- (E) haverá revisor nos processos de competência recursal.

**Noções sobre Direitos das Pessoas com Deficiência**

28. A proteção de interesses coletivos, difusos, individuais homogêneos e individuais indisponíveis da pessoa com deficiência encontra guarida no Poder Judiciário, conforme regula a Lei nº 7.853/1989, e estabelece que
- (A) as ações judiciais para esse fim podem ser propostas por associação constituída há mais de seis meses, nos termos da lei civil.
 - (B) todas as ações judiciais para esse fim correm em segredo de justiça.
 - (C) uma vez proposta a ação judicial para esse fim, o interesse público impede a desistência ou abandono da ação.
 - (D) autarquia, empresa pública, fundação ou sociedade de economia mista que inclua, entre suas finalidades institucionais, a proteção dos interesses e a promoção de direitos da pessoa com deficiência podem propor as medidas judiciais destinadas a esse fim.
 - (E) a sentença proferida em ação judicial para esse fim terá, em todos os casos, eficácia de coisa julgada oponível *erga omnes*.
-
29. Alunos de um curso de Direito participaram de um evento organizado pelo Governo do Estado do Amazonas sobre os direitos das pessoas com deficiência. A primeira discussão tratou dos seguintes temas relacionados à Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência:
- I. O desenvolvimento de ação conjunta do Estado e da sociedade civil, de modo a assegurar a plena integração da pessoa portadora de deficiência no contexto socioeconômico e cultural.
 - II. A adoção de estratégias de articulação com órgãos e entidades públicos e privados, bem assim com organismos internacionais e estrangeiros para a implantação da Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência.
 - III. O desenvolvimento de programas setoriais destinados ao atendimento das necessidades especiais da pessoa portadora de deficiência.
 - IV. O fomento da tecnologia de bioengenharia voltada para a pessoa portadora de deficiência, bem como a facilitação da importação de equipamentos.
 - V. A fiscalização do cumprimento da legislação pertinente à pessoa portadora de deficiência.
- Para a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência e nos termos do Decreto nº 3.298/1999, esses temas são conceituados, respectivamente, como:
- (A) instrumento, princípio, diretriz, objetivo e instrumento.
 - (B) princípio, diretriz, objetivo, instrumento e instrumento.
 - (C) princípio, princípio, diretriz, instrumento e objetivo.
 - (D) diretriz, princípio, instrumento, princípio e objetivo.
 - (E) objetivo, princípio, princípio, diretriz e diretriz.
-
30. No que diz respeito ao reconhecimento igual perante a lei, a Lei nº 13.146/2015 estabelece que
- (A) a pessoa com deficiência sempre será submetida à curatela.
 - (B) a curatela de pessoa com deficiência constitui medida protetiva ordinária.
 - (C) a curatela é proporcional às necessidades e às circunstâncias de cada caso e persiste obrigatoriamente até que sejam completados os 21 anos de idade.
 - (D) é facultado à pessoa com deficiência a adoção de processo de tomada de decisão apoiada.
 - (E) a curatela não afeta os atos relacionados aos direitos de natureza patrimonial e negocial.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Noções de Direito Administrativo**

31. Vinicius é empresário, proprietário de gráfica e papelaria situada no Município de Boa Vista. O Ministério Público do Estado de Roraima ingressou com ação de improbidade administrativa contra Vinicius argumentando que, embora não seja agente público, beneficiou-se, indiretamente, de ato de improbidade administrativa. As disposições da Lei de Improbidade Administrativa
- (A) são aplicáveis, no que couber, a Vinicius.
 - (B) não se aplicam a Vinicius, tendo em vista sua condição de particular.
 - (C) são aplicáveis, em sua totalidade, a Vinicius, inclusive as destinadas especificamente aos agentes públicos.
 - (D) não se aplicam a Vinicius, haja vista que o benefício indireto não justifica a incidência da citada lei.
 - (E) não se aplicam a Vinicius, pois apenas o particular que induzir ou concorrer para a prática do ato ímprobo é que estará sujeito às disposições da citada lei.
-
32. Zeus é servidor público titular de cargo efetivo no Tribunal há cinco anos, incluído, nesse lapso temporal, o período de estágio probatório. Zeus pretende afastar-se de seu cargo para a realização de programa de pós-doutorado. Hércules é servidor público titular de cargo efetivo no mesmo Tribunal há três anos e meio, incluído, nesse lapso temporal, o período de estágio probatório e pretende afastar-se de seu cargo para a realização de programa de doutorado. Nos termos da Lei nº 8.112/1990 e, desde que preenchidos os demais requisitos legais, poderão afastar-se, com a respectiva remuneração,
- (A) ambos os servidores.
 - (B) apenas Zeus, pois o afastamento pretendido por Hércules exige que o servidor seja titular de cargo efetivo há pelo menos quatro anos, incluído o período de estágio probatório.
 - (C) apenas Hércules, pois o afastamento pretendido por Zeus exige que o servidor seja titular de cargo efetivo há pelo menos seis anos, incluído o período de estágio probatório.
 - (D) nenhum dos servidores.
 - (E) apenas Zeus, pois o afastamento pretendido por Hércules exige que o servidor seja titular de cargo efetivo há pelo menos cinco anos, incluído o período de estágio probatório.
-
33. Apolo, Analista do Tribunal, exerceu seu direito de petição em defesa de interesse legítimo, observando os comandos da Lei nº 8.112/1990. Seu requerimento foi indeferido, razão pela qual ingressou com pedido de reconsideração. Sendo provido o pedido de reconsideração, os efeitos dessa decisão
- (A) não retroagem, isto é, os efeitos serão *ex tunc*; no entanto, será garantida indenização pelos prejuízos eventualmente sofridos.
 - (B) não retroagem, produzindo efeitos *ex nunc*.
 - (C) retroagirão à data da decisão que foi objeto do pedido de reconsideração.
 - (D) retroagirão à data em que exercido o direito de petição.
 - (E) retroagirão à data do ato impugnado.
-
34. Atena, servidora pública federal e chefe de determinada repartição, aplicou penalidade de suspensão ao servidor Dionísio em razão de falta cometida. Antes do cumprimento da sanção, Atena descobriu que Dionísio não cometeu a infração, vez que praticada por outro servidor. Nesse caso, o ato administrativo
- (A) pode ser revogado, competindo à própria Administração pública assim o fazer.
 - (B) deve ser anulado.
 - (C) comporta convalidação, no entanto, deverá ser alterado o sujeito passivo da penalidade.
 - (D) será revogado obrigatoriamente pelo Poder Judiciário.
 - (E) deve permanecer no mundo jurídico, vez que Dionísio ainda não havia cumprido a penalidade, bastando mera correção no próprio ato de suspensão.
-
35. Considere:
- I. Não gozam de autonomia administrativa nem financeira.
 - II. Estão sujeitos à subordinação e ao controle hierárquico de uma chefia.
 - III. São considerados, dentre outras hipóteses, órgãos de comando.
 - IV. Entram nessa categoria as Secretarias de Estado.
- Os órgãos públicos, quanto à posição estatal, classificam-se em independentes, autônomos, superiores e subalternos. No que concerne aos órgãos públicos superiores, está correto o que se afirma APENAS em
- (A) III e IV.
 - (B) III.
 - (C) I, II e III.
 - (D) I e II.
 - (E) II e IV.



36. O Estado do Amazonas pretende realizar licitação, na modalidade pregão. No citado procedimento licitatório, de acordo com a Lei nº 10.520/2002, para o julgamento e classificação das propostas, será adotado o critério de
- (A) menor preço, observados os prazos máximos para fornecimento, as especificações técnicas e parâmetros mínimos de desempenho e qualidade definidos no edital.
 - (B) maior preço, observados os prazos mínimos para fornecimento, as especificações técnicas e parâmetros máximos de desempenho e qualidade definidos no edital.
 - (C) menor preço, observados os prazos mínimos para fornecimento, as especificações técnicas e parâmetros mínimos de desempenho e qualidade definidos no edital.
 - (D) maior preço, observados os prazos máximos para fornecimento, as especificações técnicas e parâmetros máximos de desempenho e qualidade definidos no edital.
 - (E) maior preço, observados os prazos máximos para fornecimento, as especificações técnicas e parâmetros mínimos de desempenho e qualidade definidos no edital.
-
37. Em movimentada rua da cidade de Manaus, em que existem diversas casas comerciais, formou-se um agrupamento de pessoas com mostras de hostilidade. Em razão disso, um dos comerciantes da rua, entrou em contato com os órgãos públicos de segurança responsáveis, comunicando o fato. Embora os órgãos de segurança tenham sido avisados a tempo, seus agentes não compareceram ao local, ocorrendo atos predatórios causados pelos delinquentes, o que gerou inúmeros danos aos particulares. A propósito do tema, é correto afirmar que
- (A) os danos causados por multidões insere-se na categoria de fatos imprevisíveis, não havendo responsabilidade estatal.
 - (B) se trata de danos causados por terceiros, causa excludente da responsabilidade estatal.
 - (C) o Estado arcará integralmente com os danos causados, haja vista tratar-se de hipótese de responsabilidade subjetiva.
 - (D) o Estado responderá pelos danos, haja vista sua conduta omissiva culposa, no entanto, a indenização será proporcional à participação omissiva do Estado no resultado danoso.
 - (E) o Estado responderá integralmente pelos danos causados, em razão de sua responsabilidade objetiva e a aplicação da teoria do risco integral.
-
38. A educação básica obrigatória, inclusive para os que não tiveram essa oportunidade na idade própria, e o transporte coletivo urbano aos maiores de 65 anos de idade são medidas destinadas a amparar grupos de pessoas em situação de hipossuficiência e constituem exemplos de aplicação de importante princípio dos serviços públicos. Trata-se do princípio denominado
- (A) continuidade.
 - (B) publicidade.
 - (C) modicidade.
 - (D) cortesia.
 - (E) controle.

Noções de Direito Constitucional

39. Considere as situações abaixo.
- I. Airton é brasileiro e sua esposa Carmela é italiana. Bernardo, filho do casal, nasceu em Londres, enquanto seu pai lá estava a serviço da República Federativa do Brasil.
 - II. Benjamin nasceu no Brasil enquanto seus pais, que são alemães, aqui estavam a serviço da Alemanha.
 - III. João, filho de Maria, brasileira, nasceu nos Estados Unidos e foi registrado na repartição brasileira competente.
- São brasileiros natos:
- (A) Bernardo, Benjamin e João.
 - (B) Bernardo e João, apenas.
 - (C) Bernardo e Benjamin, apenas.
 - (D) Benjamin e João, apenas.
 - (E) João, apenas.
-
40. Durval foi alvo de racismo em seu trabalho. Ao consultar a Constituição Federal, descobriu que a prática de racismo constitui crime
- (A) inafiançável, apenas, sujeito à pena de detenção, nos termos da lei.
 - (B) inafiançável, apenas, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei.
 - (C) imprescritível, apenas, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei.
 - (D) inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de detenção, nos termos da lei.
 - (E) inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei.



41. Cleide é brasileira naturalizada e tem 75 anos. Como a data das eleições nos últimos quatro anos coincidiu com a festa de aniversário de seu neto, que mora com os pais no exterior, não participou das eleições que ocorreram durante esse período. Como sempre gostou de política, Cleide decidiu candidatar-se à Vice-Presidência da República. Considerando essas informações, Cleide
- (A) poderá candidatar-se ao cargo de Vice-Presidente, desde que comprove o pleno exercício dos direitos políticos, sendo o seu voto obrigatório.
 - (B) poderá candidatar-se ao cargo de Vice-Presidente pois é brasileira, proibindo a Constituição Federal a distinção entre brasileiros natos e naturalizados.
 - (C) não poderá candidatar-se ao cargo de Vice-Presidente, pois é brasileira naturalizada, sendo, entretanto, o seu voto facultativo.
 - (D) não poderá candidatar-se ao cargo de Vice-Presidente, pois não votou nas últimas eleições, sendo que seu voto era obrigatório.
 - (E) não poderá candidatar-se ao cargo de Vice-Presidente, em razão de sua idade, sendo o seu voto proibido.
-
42. Augusto exerce o cargo de juiz substituto há mais de cinco anos na mesma entrância e, em razão de cumprir os requisitos necessários, teve seu nome mencionado em lista de merecimento para a ocorrência de sua promoção para outra entrância por três vezes consecutivas. A promoção por merecimento de Augusto
- (A) poderá ser recusada pelo voto fundamentado de dois terços dos membros do Senado Federal.
 - (B) é facultativa, desde que integre a primeira quinta parte da lista de antiguidade, salvo se não houver, com tais requisitos, quem aceite o lugar vago.
 - (C) somente poderá ocorrer quando figurar por cinco vezes consecutivas na lista de merecimento.
 - (D) é obrigatória, desde que integre a primeira quinta parte da lista de antiguidade, salvo se não houver, com tais requisitos, quem aceite o lugar vago.
 - (E) apenas poderá ocorrer se tiver mais de dez anos de exercício da magistratura, salvo se não houver, com tais requisitos, quem aceite o lugar vago.
-
43. Átila é um trabalhador rural que desenvolve suas atividades em turnos ininterruptos de revezamento. Sua esposa, Domitila, que é professora em uma escola particular, acaba de dar à luz ao primeiro filho do casal. De acordo com a Constituição Federal, Átila tem direito à
- (A) jornada de seis horas, salvo negociação coletiva e Domitila à licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de cento e vinte dias.
 - (B) duração do trabalho normal, não superior a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais, salvo negociação coletiva, e Domitila à licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de cento e vinte dias.
 - (C) duração do trabalho normal, não superior a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais e Domitila à licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de noventa dias.
 - (D) jornada de seis horas, salvo negociação coletiva, e Domitila à licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de noventa dias.
 - (E) jornada de seis horas, não podendo ser alterada por negociação coletiva, e Domitila à licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de noventa dias.
-
44. Basílio é Presidente do Conselho Nacional do Ministério Público e, portanto, é
- (A) chefe do Ministério Público da União, tendo sido nomeado, para esta chefia, pelo Presidente da República dentre os integrantes da carreira, maiores de trinta e cinco anos, após a aprovação de seu nome pela maioria absoluta dos membros do Congresso Nacional, para mandato de dois anos, não sendo permitida a recondução.
 - (B) membro do Ministério Público Estadual, tendo sido nomeado para a Presidência do Conselho Nacional do Ministério Público pelo Chefe do Poder Executivo dentre os integrantes da carreira, maiores de trinta e cinco anos, após a aprovação de seu nome pela maioria absoluta dos membros do Congresso Nacional, para mandato de dois anos, permitida a recondução.
 - (C) advogado, tendo sido indicado pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, para mandato de dois anos, permitida a recondução.
 - (D) advogado, tendo sido indicado pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, para mandato de dois anos, não sendo permitida a recondução.
 - (E) chefe do Ministério Público da União, tendo sido nomeado, para esta chefia, pelo Presidente da República dentre os integrantes da carreira, maiores de trinta e cinco anos, após a aprovação de seu nome pela maioria absoluta dos membros do Senado Federal, para mandato de dois anos, permitida a recondução.



45. Michel é brasileiro, tem 66 anos de idade, idoneidade moral e reputação ilibada. Advogado há mais de trinta anos, é conhecido por seus notórios conhecimentos jurídicos, contábeis, econômicos e financeiros. Michel
- (A) não poderá ser nomeado Ministro do Tribunal de Contas da União por não estarem presentes todos os requisitos necessários previstos na Constituição Federal.
 - (B) poderá ser nomeado Ministro do Tribunal de Contas da União, pois preenche todos os requisitos necessários, desde que seja escolhido pelo Presidente da República ou pelo Senado Federal.
 - (C) poderá ser nomeado Ministro do Tribunal de Contas da União, pois preenche todos os requisitos necessários, desde que seja escolhido pelo Presidente da República ou pelo Congresso Nacional.
 - (D) não poderá ser nomeado Ministro do Tribunal de Contas da União sem prestar concurso público de provas e títulos para o exercício desse cargo.
 - (E) poderá ser nomeado Ministro do Tribunal de Contas da União, pois preenche todos os requisitos necessários, desde que seja escolhido pelo Poder Executivo após o envio de sua indicação em lista sêxtupla pela Ordem dos Advogados do Brasil.
-
46. O partido político X, que não tem representação no Congresso Nacional, deseja ver declarada inconstitucional determinada lei federal para o que pretende propor ação direta de inconstitucionalidade. Ao consultar a Constituição Federal, verifica que é competente para processar e julgar, originariamente, a aludida ação, o
- (A) Supremo Tribunal Federal, possuindo o partido político X legitimidade para propô-la.
 - (B) Supremo Tribunal Federal, não possuindo, porém, o partido político X legitimidade para propô-la.
 - (C) Superior Tribunal de Justiça, não possuindo, porém, o partido político X legitimidade para propô-la.
 - (D) Superior Tribunal de Justiça, possuindo o partido político X legitimidade para propô-la.
 - (E) Superior Tribunal de Justiça, possuindo o partido político X legitimidade para propô-la, apenas se autorizado expressamente pelo Congresso Nacional.

Noções de Administração Pública

47. O tema da liderança nas organizações tem sido objeto de estudo na literatura e apresenta diferentes abordagens, dentre elas, as denominadas teorias situacionais, as quais apontam, entre outros preceitos:
- (A) a importância da ênfase na produção e nas tarefas, relativizando o papel das características pessoais do líder.
 - (B) que a liderança é uma condição inata das pessoas, passível de transmissão apenas em situações peculiares.
 - (C) a possibilidade do desenvolvimento de traços de personalidade ligados às tarefas, sendo inviável desenvolver aqueles ligados à gestão.
 - (D) que o líder deve agir de acordo com as contingências e situações apresentadas pelo ambiente.
 - (E) que fatores exógenos não influenciam o comportamento do líder autêntico, eis que este deve sempre ter o domínio da equipe.
-
48. A cultura organizacional constitui um fenômeno estudado por diversos autores, estreitamente ligado à própria identidade da organização e à forma como ela é vista por seus integrantes e pela sociedade. Os autores costumam apontar, entre os aspectos, mais facilmente perceptíveis da cultura de uma organização
- (A) o clima organizacional.
 - (B) os ritos de degradação.
 - (C) a osmose geográfica.
 - (D) a ideologia.
 - (E) os artefatos observáveis.
-
49. Ao longo do tempo, diferentes teorias se sucederam para explicar, sob diferentes abordagens, o fenômeno da motivação. Entre elas, a Teoria de Campo, desenvolvida por Kurt Lewin, segundo a qual
- (A) o comportamento é função ou resultado da interação entre a pessoa e o ambiente que a rodeia.
 - (B) o reforço negativo é capaz de fortalecer uma reação quando remove um estímulo aversivo.
 - (C) o comportamento humano é sempre orientado para resultados, o que se denomina instrumentalidade.
 - (D) existe uma hierarquia de necessidades individuais a serem satisfeitas que pautam o comportamento dos indivíduos.
 - (E) cabe diferenciar os fatores motivacionais intrínsecos, daqueles insatisfacientes, que são, em sua maioria, extrínsecos.
-
50. A excelência nos serviços públicos corresponde ao grau máximo da qualidade dos serviços prestados. Não obstante difícil de ser alcançada plenamente, é certo que os programas de qualidade perseguem o seu atingimento. Exemplo disso é o modelo de excelência em gestão desenvolvido pela Fundação Nacional da Qualidade – FNQ, que contempla
- (A) critérios de excelência em gestão, inspirados nas melhores práticas das organizações, como o pensamento sistêmico.
 - (B) fundamentos de excelência, como estratégias e planos, que permitem medir o grau de excelência da organização.
 - (C) *benchmarking*, consistente em exemplos de ações e experiências bem sucedidas passíveis de serem incorporadas.
 - (D) procedimentos padronizados para gerenciamento de processos, utilizando como ferramenta principal o *workflow*.
 - (E) sistema de pontuação que visa determinar o grau de maturidade da gestão da organização, tendo como referência os critérios de excelência e seus subitens.



51. O objetivo precípua do gerenciamento de projetos consiste em assegurar que a correspondente execução ocorra conforme planejada: dentro dos prazos previstos, dos custos estimados e das especificações estabelecidas. Existem diferentes metodologias e ferramentas consagradas que fornecem suporte às organizações para a consecução de tais objetivos, entre as quais o PERT – Program Evaluation and Review, que
- (A) corresponde a um guia de melhores práticas bastante utilizado na análise de riscos, atividades de controle e especialmente na priorização de projetos.
 - (B) é voltada ao planejamento do tempo estimado do projeto, de forma probabilística, utilizando a média ponderada das estimativas provável, pessimista e otimista.
 - (C) consiste em um *framework*, que contém um sumário executivo, mapas de auditoria e ferramentas de gestão de riscos.
 - (D) é utilizada para definir um conjunto de atividades a serem executadas numa sequência lógico-evolutiva, com datas pré-estabelecidas.
 - (E) é um sistema integrado de gestão, capaz de redesenhar processos com vistas à otimização dos custos dos projetos.
-
52. Suponha que determinada entidade integrante da Administração pretenda implementar mecanismos de gestão por competências, utilizando-se dos conceitos e práticas correspondentes. Nesse contexto, iniciou identificando, a partir dos conhecimentos e habilidades requeridos para cada cargo, as competências necessárias para o seu desempenho e, paralelamente, aquelas efetivamente disponíveis na organização. Tal conduta se mostra
- (A) correta, correspondendo ao denominado mapeamento de competências que aponta as lacunas a serem preenchidas.
 - (B) equivocada, já que essa etapa, conhecida como gerenciamento de lacunas, é a fase final da metodologia.
 - (C) correta, desde que realizada concomitantemente com a prospecção das competências disponíveis no mercado.
 - (D) equivocada, pois a identificação das competências disponíveis é que determina o desenho dos cargos.
 - (E) correta, correspondendo ao denominado gerenciamento de escopo, identificando as deficiências a serem superadas.
-
53. Dentre as atividades inerentes ao processo organizacional, aquela consistente em identificar e agrupar logicamente as atividades da entidade e delinear responsabilidades corresponde a
- (A) planejamento.
 - (B) coordenação.
 - (C) organização.
 - (D) direção.
 - (E) controle.

Contabilidade Pública

54. No orçamento da União,
- (A) a inscrição de restos a pagar processados é uma receita orçamentária classificada como Outras Receitas Correntes.
 - (B) o ganho decorrente da reavaliação de ativos imobilizados é uma receita orçamentária de capital.
 - (C) a remuneração de aplicações financeiras é uma receita extraorçamentária.
 - (D) a aquisição de um *software* com vida útil indefinida é uma receita orçamentária de capital.
 - (E) o produto da alienação de um bem imóvel é uma receita orçamentária de capital.
-
55. Durante o mês de dezembro de 2016, ocorreram as seguintes transações em uma determinada entidade pública:
- Aquisição de material de consumo pelo valor de R\$ 100.000,00.
 - Devolução de um depósito caução no valor de R\$ 25.000,00.
 - Alienação de um veículo por R\$ 45.000,00, com perda de R\$ 12.000,00.
 - Reconhecimento dos juros referentes à dívida consolidada no valor de R\$ 27.000,00.
 - Reconhecimento da depreciação do ativo imobilizado no valor de R\$ 68.000,00.
 - Utilização de material de consumo no valor de R\$ 85.000,00.
 - Aquisição de um veículo no valor de R\$ 43.000,00 em 31/12/2016.
- Com base nessas informações, o total das variações patrimoniais quantitativas diminutivas foi, em reais,
- (A) 192.000,00.
 - (B) 207.000,00.
 - (C) 217.000,00.
 - (D) 235.000,00.
 - (E) 165.000,00.

56. No Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, são contas do Ativo:
- (A) Variações Monetárias e Cambiais; Bens Imóveis.
 - (B) Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamente; *Softwares*.
 - (C) Provisões de Curto Prazo; Depreciação Acumulada – Bens Imóveis.
 - (D) Propriedades para Investimentos; Resultados de Exercícios Anteriores.
 - (E) Participações Permanentes; Descontos Financeiros Obtidos.



57. Considere as informações extraídas do Balanço Financeiro referente ao exercício financeiro de 2016 de uma entidade do setor público:

Despesas Orçamentárias	R\$ 415.800.000,00
Inscrição de Restos a Pagar não Processados	R\$ 10.000.000,00
Inscrição de Restos a Pagar Processados	R\$ 1.000.000,00
Pagamento de Restos a Pagar Processados	R\$ 12.000.000,00
Recebimento de Depósitos Restituíveis	R\$ 600.000,00
Saldo do Exercício Anterior	R\$ 18.400.000,00
Transferências Financeiras Concedidas	R\$ 7.000.000,00
Transferências Financeiras Recebidas	R\$ 412.600.000,00

Com base nessas informações e sobre esta entidade do setor público,

- (A) o resultado financeiro referente ao exercício financeiro de 2016 foi negativo em R\$ 21.600.000,00.
- (B) o valor das despesas orçamentárias empenhadas em 2016 foi R\$ 426.800.000,00.
- (C) o valor das receitas orçamentárias decorrentes de operações de crédito de 2016 foi R\$ 412.600.000,00.
- (D) o saldo para o exercício seguinte evidenciado no Balanço Financeiro referente ao exercício financeiro de 2016 foi R\$ 7.800.000,00.
- (E) o valor dos recebimentos extraorçamentários evidenciado no Balanço Financeiro referente ao exercício financeiro de 2016 foi R\$ 600.000,00.

Orçamento Público

58. Com a finalidade de aperfeiçoar os serviços prestados por um Tribunal Regional do Trabalho, está sendo pleiteada a construção de um prédio, cujo prazo de execução será três anos. Para isso, uma emenda ao Projeto de Lei Orçamentária Anual poderá ser aprovada desde que

- (A) indique os recursos necessários para a construção do prédio que podem ser provenientes da anulação da dotação de despesas com pessoal e seus encargos.
- (B) indique os recursos necessários para construção do prédio que podem ser provenientes da anulação das despesas com serviços da dívida.
- (C) seja compatível com o Plano Plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias.
- (D) seja proposta pelo Poder Judiciário e atenda ao limite de 1,5% da Receita Corrente Líquida prevista no projeto encaminhado pelo Poder Executivo.
- (E) seja proposta pelo Poder Legislativo e indique que os recursos necessários para a construção do prédio serão provenientes de operações de crédito.

59. De acordo com a Lei nº 4.320/64 e a Lei nº 101/2000, as despesas

- (A) relativas a incentivos à demissão voluntária são computadas como despesa com pessoal para fins de verificação dos limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal.
- (B) com a aquisição de equipamentos de informática, com vida útil estimada de 3 anos, são despesas correntes.
- (C) com pessoal do Poder Judiciário Federal não poderão ultrapassar o limite de 3,6% da Receita Corrente Líquida em cada período de apuração.
- (D) com energia elétrica, combustível e material de consumo de um Tribunal Regional do Trabalho são despesas de custeio.
- (E) com aquisição de veículos que serão utilizados pelos servidores de um Tribunal Regional do Trabalho em suas atividades são despesas obrigatórias de caráter continuado.

Noções de Administração de Recursos Humanos

60. Para mudar a cultura e o clima organizacionais, a organização precisa ter capacidade inovadora, ou seja: adaptabilidade, senso de identidade, perspectiva exata do meio ambiente e integração entre os participantes. A adaptabilidade é a capacidade de

- (A) investigar, diagnosticar e compreender de forma realista o contexto organizacional.
- (B) conhecer e compreender o passado e o presente da organização e de compartilhar essas informações por toda hierarquia.
- (C) resolver problemas e de reagir de maneira flexível às exigências mutáveis e inconstantes do meio ambiente.
- (D) estimular o funcionamento orgânico e integrado entre a organização e o meio ambiente, aceitando e estimulando as diferenças.
- (E) transição de uma situação para outra diferente ou a passagem de um estado para outro.

61. Quando os responsáveis pela mudança delineiam modelos do que a organização deveria ser em comparação com o que é, enquanto aqueles cujas ações serão afetadas estudam, avaliam e criticam o modelo de mudança para recomendar alterações baseadas em seu próprio discernimento e compreensão, a empresa está fazendo uso de uma estratégia de mudança, denominada

- (A) convencional.
- (B) evolucionária.
- (C) revolucionária.
- (D) humanista.
- (E) desenvolvimento sistemático.



62. Na Era da Informação, a administração de recursos humanos cedeu lugar a uma nova abordagem, a Gestão de Pessoas, onde as pessoas são vistas como
- (A) recursos da organização.
 - (B) fornecedoras de conhecimento e competências.
 - (C) fornecedoras de mão de obra.
 - (D) previsíveis e flexíveis.
 - (E) dependentes da organização.
-
63. A visão de uma organização estabelece
- (A) o propósito orientador para as atividades da empresa e para aglutinar os esforços de seus membros, clarificando e comunicando sua estratégia comercial.
 - (B) uma crença básica sobre o que se pode ou não fazer, sobre o que é ou não importante para a organização como as pessoas e os clientes, e aquilo que seus dirigentes acreditam.
 - (C) os objetivos essenciais do negócio e está geralmente focalizada fora da empresa, ou seja, no atendimento a demandas da sociedade, do mercado ou do cliente.
 - (D) uma identidade comum quanto aos propósitos da organização para o futuro, a fim de orientar o comportamento dos seus membros quanto ao destino que a organização deseja construir e realizar.
 - (E) a filosofia da organização, que é geralmente formulada por seus fundadores ou criadores por meio de sua comunicação, comportamentos e ações que balizam suas respostas às necessidades do ambiente interno.
-
64. Do ponto de vista de provisão de insumos humanos, o planejamento operacional integrado leva em conta quatro fatores ou variáveis intervenientes: o volume de produção planejado pela organização; mudanças tecnológicas dentro da organização que alterem a produtividade pessoal; condições de oferta e procura no mercado e comportamento da clientela; e
- (A) desempenho de cada colaborador.
 - (B) fluxo das pessoas para dentro, através e para fora da organização.
 - (C) planejamento de carreiras dentro da organização.
 - (D) processos de reengenharia.
 - (E) previsão de vendas e lançamento de produtos/serviços.

Noções de Direito do Trabalho

65. Lindoval, sessenta e um anos de idade, é empregado da tecelagem irmãos Fabricios Ltda., pretendendo, neste ano, fazer parte da composição da CIPA como representante dos empregados. Neste caso, considerando que Lindoval não é filiado ao sindicato da categoria, ele
- (A) não poderá participar da eleição uma vez que é exclusiva para empregados com até sessenta anos de idade.
 - (B) poderá participar da eleição, que se realiza através de escrutínio secreto, podendo, inclusive, obedecida as formalidades legais, ocupar o cargo de Presidente.
 - (C) não poderá participar da eleição uma vez que é exclusiva para empregados sindicalizados.
 - (D) poderá participar da eleição, que se realiza através de escrutínio secreto, podendo, inclusive, obedecida as formalidades legais, ocupar o cargo de Vice-Presidente.
 - (E) poderá participar da eleição, que se realiza através de escrutínio secreto, mas não poderá ocupar o cargo de Presidente em razão da ausência de filiação.
-
66. A empresa Dinda's Ltda. está passando por uma grave crise financeira e, pretendendo uma reestruturação interna, planeja conceder férias coletivas para todos os seus empregados em dois períodos durante o ano de 2017. No primeiro período pretende conceder dez dias corridos e no segundo período vinte dias corridos. Neste caso, a referida empresa
- (A) está respeitando a Consolidação das Leis do Trabalho, devendo, no entanto, comunicar ao órgão local do Ministério do Trabalho, com a antecedência mínima de quinze dias as datas de início e fim das férias.
 - (B) está respeitando a Consolidação das Leis do Trabalho, devendo, no entanto, comunicar ao órgão local do Ministério do Trabalho, com a antecedência mínima de dez dias as datas de início e fim das férias.
 - (C) não está respeitando a Consolidação das Leis do Trabalho, uma vez que esta prevê que nenhum dos períodos de férias coletivas poderá ser inferior a quinze dias corridos.
 - (D) não está respeitando a Consolidação das Leis do Trabalho, uma vez que esta prevê que as férias coletivas devem ser gozadas em um único período de, no mínimo, quinze dias corridos.
 - (E) não está respeitando a Consolidação das Leis do Trabalho, uma vez que esta prevê que as férias coletivas devem ser gozadas em um único período de, no mínimo, vinte dias corridos.



67. Considere as hipóteses abaixo.

- I. Luciana casou-se na última terça-feira deixando de comparecer no seu emprego por três dias consecutivos.
- II. Dorivaldo deixou de comparecer no seu emprego por dois dias consecutivos em razão do falecimento de seu irmão.
- III. Gildete está de férias.
- IV. Simone está em gozo de seu repouso semanal remunerado.

Tratam-se de hipóteses de interrupção do contrato de trabalho as indicadas em

- (A) II, III e IV, apenas.
- (B) I, II e III, apenas.
- (C) I, III e IV, apenas.
- (D) I e II, apenas.
- (E) I, II, III e IV.

68. Matias é motorista da família Silva prestando seus serviços três dias da semana, no qual leva e busca as crianças na escola. Felícia é jardineira exercendo suas atividades para a família Silva quatro vezes por semana. Gilberto faz faxina na residência da família Silva uma vez por semana. E, por fim, Deise é acompanhante da matriarca da família Silva duas vezes por semana. Nestes casos, observando-se o requisito temporal e considerando que os demais requisitos legais estão presentes, tratam-se de empregados domésticos

- (A) Matias e Felícia, apenas.
- (B) Matias, Felícia e Deise, apenas.
- (C) Matias, e Deise, apenas.
- (D) Matias, Felícia, Gilberto, apenas.
- (E) Matias, Felícia, Gilberto e Deise.

69. No tocante à alteração do contrato de trabalho, considere:

- I. Empregado transferido, por ato unilateral do empregador, para local mais distante de sua residência, tem direito a suplemento salarial correspondente ao acréscimo da despesa de transporte.
- II. Considera-se alteração unilateral a determinação do empregador para que o respectivo empregado reverta ao cargo efetivo, anteriormente ocupado, deixando o exercício de função de confiança.
- III. Ao empregador é vedado transferir o empregado com a mudança de seu domicílio, sem a sua anuência, para localidade diversa da que resultar do contrato. Esta proibição estende-se para os empregados que exerçam cargo de confiança.
- IV. Não é lícita a transferência quando ocorrer extinção do estabelecimento em que trabalhar o empregado, devendo ocorrer a rescisão contratual ante a previsão expressa da Consolidação das Leis do Trabalho.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I, III e IV.
- (B) II.
- (C) I, II e III.
- (D) I.
- (E) II, III e IV.

70. De acordo com o entendimento Sumulado do TST, a contribuição para o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço incide sobre a remuneração mensal devida ao empregado,

- (A) com exceção das horas extras.
- (B) inclusive horas extras e adicionais eventuais.
- (C) na proporção de 7%, inclusive horas extras, não incidindo sobre adicionais eventuais.
- (D) na proporção de 12%, inclusive horas extras, com exceção de adicionais eventuais.
- (E) na proporção de 11%, inclusive horas extras, com exceção de adicionais eventuais.